

RODRIGO PORTARI

rdportari@gmail.com

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A MORTE E O JORNALISMO NOSSO DE CADA DIA

INTRODUÇÃO

A convivência do homem com a morte nos remete a uma história de milênios. Em uma rápida busca no mais antigo dos textos impressos conhecidos, a Bíblia, encontraremos uma série de relatos de morte, muitas delas, em decorrência de violência, a começar pela morte de Abel, assassinado por seu irmão Caim. A partir desses relatos, há milhares de outras obras publicadas no mundo que nos colocam diante da morte ou do ato de morrer.

Phillipe Ariès (2012), em seu livro *História da Morte no Ocidente*, traça um percurso interessante a partir da Idade Média onde demonstra a relação próxima do homem com a morte até que, por questões sanitárias, a morte passa a ser afastada do convívio com os homens e o contato com o cadáver passa a tornar uma pessoa “impura” ou, em outras palavras, passível de se contaminar com as mais variadas doenças. “O quarto do moribundo transformava-se, então, em lugar público, onde se entrava livremente. Os médicos do fim do século XVII, que descobriram as primeiras regras de higiene, queixavam-se do excesso de pessoas no quarto dos agonizantes”. (Ariès, 2012, p. 39).

Relato parecido da relação homem/morte é reforçado por autores como Johan Huizinga, que relata em sua obra *Outono da Idade Média* como era natural a convivência dos vivos com os mortos na Paris do Século XVI, com grande destaque para o Cemitério dos Inocentes, considerado como ponto de encontro da sociedade e onde os corpos se decompunham empilhados em uma coluna central para lembrar a todos a perenidade da vida. Tanto Huizinga (2010) como Michel de Certeau (1998) nos indicam que as questões sanitárias foram as principais responsáveis por promover a saída do cemitério da área central da capital francesa, sendo transferido para os

arredores em nome da higiene e da saúde. Certeau vai ainda mais longe ao afirmar que a morte, com esse afastamento do convívio diário, se tornou “inominável” e, sendo assim, a simples menção da palavra já seria suficiente para causar espanto em qualquer pessoa. Já Maffesoli (1984) afirma que esse movimento de afastar a morte do convívio da sociedade se deu em nome da “asepsia social”, transformando a comunidade em um ambiente “limpo” sem a impureza dos mortos e, por conseguinte, um lugar melhor para se viver.

Se, por um lado, os esforços para “esconder” a morte dos vivos se deu com a retirada dos “campos santos” das zonas centrais das cidades e a transferência dos moribundos para os hospitais, fazendo com que morressem longe dos olhos dos amigos, crianças e curiosos, por outro lado a imprensa sempre demonstrou forte atração por esse tema, relatando-o de diversas maneiras mas, em especial, quando a morte surgia em decorrência da violência.

Considerados os pioneiros do jornal sensacionalista, os *canards* franceses e a *penny press*¹, na Inglaterra, demonstravam grande interesse em relatar homicídios com o máximo de detalhamento possível. Ao observarmos a história dessa mídia, identificamos, então, desde os primórdios, seu grande interesse no tema “morte” e um esforço em aproximar o assunto da vida cotidiana de seus leitores.

No decorrer dos séculos essa característica permaneceu fortemente identificável em publicações que seguiam a linha de despertar “sensações”, como bem observa Marialva Barbosa (2013), ao caracterizar essa mídia no Brasil nos anos de 1890:

Relatos pormenorizados de crimes violentos que mostravam dualidades eram narrativas privilegiadas. Casos como o de um velho indefeso que foi assassinado brutalmente por criminosos sem coração. Notícias sobre as pequenas infelizes que sofriam maus-tratos dos pais. Violências cotidianas de todas as ordens produzindo um mundo que, por contraponto, era mais infeliz do que as tramas vividas diariamente por muitos dos leitores daqueles periódicos. (Barbosa, 2013, p. 199)

Com o desenvolvimento da imprensa “de sensações” não só no Brasil, mas em diversas partes do mundo, essa fórmula de despertar atenção

¹ Outros assuntos de destaque encontrados nessas publicações eram eventos “espetaculares”, como a passagem de cometas ou eclipses, além do “sobrenaturais” como aparecimento de fantasmas dentre outras lendas.

“cativa” dos leitores por meio de relatos mais dramáticos sofreu adaptações com o passar dos anos, mas não foi totalmente abandonada. Se num passado não tão distante optava-se pela exploração de corpos dilacerados ou mortos como um apelo pela audiência, as cláusulas atuais do “contrato de comunicação” entre mídia e público parece apontar para outra direção: não se aceita (ou se tolera) explorações do corpo morto como se via antigamente e, nem mesmo os textos, em sua narrativa, privilegiam aspectos que podem ser considerados agressivos aos leitores. No entanto, o fascínio pelo tema “morte” continua e faz com que, cada vez mais, jornais que atuam na esfera do jornalismo de “sensações” cativem um público fiel e aumentem, dia a dia, seus números de tiragem e de vendagem.

É a partir dessa constatação, onde há uma “contradição” entre o movimento de tentativa de afastar a morte do convívio social e a reinserção diária desse assunto no cotidiano de leitores por parte da chamada mídia popular, que conduziremos a presente investigação sobre a relação homem/morte/mídia.

O INOMINÁVEL É NOTÍCIA: A MORTE COMO ACONTECIMENTO JORNALÍSTICO

Michel de Certeau, ao discorrer sobre a relação do homem com a morte e é taxativo: o afastamento do convívio dos homens com a morte a torna inominável: “A morte, porém, não se nomeia. Escreve-se no discurso da vida, sem que seja possível atribuir-lhe um lugar particular...” (Certeau, 2009, p. 272). A partir dessa visão do autor, levanta-se uma inquietação: se o assunto é temido, a ponto de não ser nominado, qual o motivo de tanta atração da mídia (e da audiência) por este tema?

Se passarmos a uma análise superficial do tema, pautados nas teorias do jornalismo e critérios de noticiabilidade, facilmente encontraríamos explicações para nos induzir à resposta. A morte “rompe com o cotidiano”, especialmente quando está vinculada a atos de violência ou a tragédias. Teríamos, assim, critérios como o da “novidade”, “imprevisibilidade”, “hierarquia social” ou da “raridade”, tal como observa Traquina (2012) no que diz respeito a algumas das “diretrizes”² presentes nas redações no momento de se decidir qual fato será notícia ou não.

² Os critérios dos chamados “valores-notícia” foram tratados pela primeira vez por Galtung e Ruge em 1965 em resposta à pergunta de como os acontecimentos se transformavam em notícia. São eles: 1) a frequência; 2) a amplitude do evento; 3) a clareza ou falta de ambiguidade; 4) a significância; 5) a consonância; 6) o inesperado; 7) a continuidade; 8) a composição; 9) a referência às nações de elite; 10) a referência a pessoas de elite; 11) a personalização; 12) a negatividade. (Traquina, 2008, p.69)

Para Nelson Traquina a morte se constituiria como “valor-notícia fundamental” (citado em Leal, Antunes & Vaz, 2011, p. 7). Por se constituir em um “mistério” para a humanidade, as representações da morte enquanto notícia muitas vezes a deixam em segundo plano, mais como consequência de outra situação do que por si própria.

A importância da morte como fator de noticiabilidade, nessa perspectiva, parece ser coerente com o que observa Gérard Imbert (2008), quando diz que os meios de comunicação se constituem hoje como uma espécie de “agentes de atualização” que a reintroduzem no cotidiano. Afinal, lembra ele, a morte já cumpriu um papel exemplar, deteve uma função instrutiva, como no caso das execuções públicas de bruxas ou de opositores de tal ou qual regime político (Leal et al., 2011, p. 7).

Assassinatos, estupros, tentativas de homicídio, roubos à mão armada, entre tantas outras formas de apresentações do trágico no cotidiano são atualizadas diariamente pela mídia. O jornalismo popular por ter como característica a perspectiva mais local/regional que nacional de trazer os assuntos mais próximos do leitor em detrimento de outros tidos como mais generalistas, promove a reinserção diária da morte na vida de seus leitores. Se há na tragédia um valor-notícia fundamental, temos uma construção negativista do cotidiano por parte do jornalismo.

Ao promover a exploração desses “dramas humanos” considerados “trágicos”, o jornal popular tem como predileção os chamados *fait-divers*. Para se compreender a natureza dos *fait-divers*, não é preciso conhecer nada além da própria informação, já que “ele contém em si todo o seu saber” (Barthes, 1982, p. 54).

...ele não remete formalmente a nada além dele próprio; evidentemente, seu conteúdo não é estranho ao mundo: desastres, assassínios, raptos, agressões, acidentes, roubos, esquisitices, tudo isso remete ao homem, a sua história, a sua alienação, a seus fantasmas, a seus sonhos, a seus medos: uma ideologia e uma psicanálise do *fait divers* são possíveis; mas trata-se aí de um mundo cujo conhecimento é apenas intelectual, analítico, elaborado em segundo grau por aquele que fala do *fait divers*, não por aquele que o consome; no nível da leitura, tudo é dado num *fait divers*; suas circunstâncias, suas causas, seu passado, seu desenlace; sem duração e sem contexto, ele constitui um ser imediato, total, que não remete, pelo menos formalmente, a nada de implícito; é nisso que ele se aparenta com a novela e o conto, e não mais com o romance. É sua imanência que define o *fait divers*. (Barthes, 1982, p. 54)

Ao ampliar a discussão sobre essa categoria de notícia, duas causas são apontadas para a força dessas informações: causalidade aleatória e coincidência ordenada: “é na junção desses dois movimentos que se constitui o *fait divers*: ambos acabam com efeito por recobrir uma zona ambígua onde o acontecimento é plenamente vivido como um signo cujo conteúdo é no entanto incerto” (Barthes, 1982, p. 63).

Mas se há essa “segurança” quanto aos acontecimentos plenamente vividos e materializados em forma de notícias, quais são os valores jornalísticos que fazem da morte uma manchete? Seria mesmo a morte o limite da noticiabilidade, o suporte necessário para atender as demandas do ambiente midiático, como propõem Leal, Antunes e Vaz (2011)?

Os *fait-divers* se ocupam do trágico e é da natureza do jornalismo popular se ocupar dos *fait-divers* desde seu surgimento como *peny press*, onde se noticiavam “histórias de crime, escândalos, tragédias, notícias que o homem comum achava interessantes ou divertidas” (Traquina, 2008, p. 67), que resultavam em vendas até 15 vezes maior do que seus concorrentes “de referência”, responsáveis por noticiar assuntos políticos e econômicos.

Ao analisarmos o trágico enquanto valor-notícia fundamental para o jornalismo popular entende-se serem esses fatos provocadores de interesse natural para essas publicações. É por esse caminho que seguimos nosso percurso. Sua exacerbação ou mesmo espetacularização parecem ser pressupostos já admitidos na construção de suas capas, somados ao fato de que esses acontecimentos trazem o “desconhecido” para o discurso midiático.

A morte que nos “assusta” e que merece ser relatada diariamente possui, como acontecimento, um caráter de surpresa. Sua presença rotineira, entretanto, quando captada pela imprensa, dá à dimensão de sua vivência outro caráter. A morte cotidiana que abunda as páginas do jornal é, ela mesma, uma morte comum, que assim se torna, pela maneira como o jornal a faz, repetitivamente, ordinária. (Tavares, 2012, p. 75)

Amaral (2006) aponta diferenças entre aquilo que é entendido como valor-notícia para os jornais de referência com os critérios usados tipicamente pela imprensa popular. A autora assinala, sinteticamente, as seguintes diferenças:

VALORES NOTÍCIA

Jornais de Referência	Jornais Populares
<ul style="list-style-type: none"> - Se os indivíduos envolvidos forem importantes; - se tiver impacto sobre a nação; - se envolver muitas pessoas; - se gerar importantes desdobramentos; - se for relacionado a políticas públicas; - se puder ser divulgado com exclusividade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Se possuir capacidade de entretenimento; - se for próximo geográfica ou culturalmente do leitor; - se puder ser simplificado; - se tiver identificação dos personagens com os leitores (personalização); - se for útil

Tabela 1: Valores Notícias Jornal de Referência e Jornal Popular (Fonte: Amaral, 2006, p. 63)

As antinomias propostas pela autora na seleção dos valores-notícia entre as publicações chama atenção, especialmente pelos critérios ressaltados na sequência: “Entre esses, destaco o entretenimento, a proximidade e a utilidade como importantes valores-notícia da imprensa popular” (Amaral, 2006, p. 63).

Em Portari (2013) apresentamos uma discussão sob a perspectiva da teoria do acontecimento para compreender o processo de construção da narrativa jornalística a respeito do noticiário do trágico, sob a perspectiva da violência e da morte. Adotamos a perspectiva de Quéré (2005) sobre os acontecimentos enquanto fato social e de que tudo que acontece, acontece a alguém – indivíduo isolado ou um grupo. Apoiamos, ainda, nas teorias do acontecimento jornalístico de Mouillaud (2002), Charaudeau (2006) e França (2012), destacando ser o evento “morte” um acontecimento que irrompe da superficialidade do cotidiano, atravessa a “membrana” da mídia para ser narrado em formato jornalístico. Nesse processo, destaca-se a característica editorial dos tabloides populares, que privilegiam esse tema em suas capas. Entendemos, então que “...esta atenção é evidenciada de forma a garantir que ela esteja sempre presente em suas capas, independente de quaisquer outros assuntos que concorram o mesmo espaço naquele dia” (Portari, 2013, p. 162).

Diariamente, os jornais de “sensação” nos colocam diante de tragédias. Essas mortes nos chegam em terceira pessoa e, no conforto do lar ou no ambiente de trabalho, assistimos à morte dos “outros”. A rua é apresentada como um lugar hostil, onde as tragédias ocorrem diariamente, seja num acidente de ônibus, assalto ou homicídio por um motivo qualquer. Estarmos dentro de quatro paredes nos traz sensação de segurança.

Outro aspecto considerado na atração do jornalismo pela morte é o fato de que a mídia é um dispositivo, tal como apresenta Leal e Vaz (2006).

Se considerarmos a página do jornal sob essa perspectiva, temos elementos estruturadores de sentidos que, dia após dia, nos inserem no contexto do cotidiano (a partir da perspectiva da publicação) e interferem diretamente na nossa construção da realidade. O jornalismo faz com que a morte, ao ser narrativizada, passe por uma série de relações que vão para além das questões de “subjetividade” do autor e “objetividade” do fazer jornalístico. O tema passa a ser debatido, questionado e pensado. A mídia atua, muitas vezes, à espera dessa quebra da normalidade e, ao dar conta dessas situações, pode fazer com que os leitores passem a buscar uma ligação entre aquilo que é divulgado e um estado anterior, como afirma Louis Quéré:

...reconstruímos, através do pensamento, as condições que permitiram ao acontecimento produzir-se com as particularidades que apresenta; restauramos a continuidade no momento em que a ruptura se manifestou, ligando a ocorrência do acontecimento a um passado de que ele é ponto de chegada ou incluindo-o num contexto do qual ele se integra coerentemente e surge como, afinal, previsível. (Quéré, 2005, p. 61)

A morte, ao ser noticiada, nos coloca diante de um acontecimento que pode nos levar a uma reflexão, seja do fim de nossa própria vida ou então a questões mais amplas, como segurança pública e a necessidade de programas de combate à violência.

Com isso, a mídia passa a ser “a finalização de um trabalho social de tornar o mundo visível a si próprio. Trabalho que deixa suas marcas inscritas na materialidade verbo-visual do jornal” (Andrade, 2012, p. 26). Ao dar visibilidade aos acontecimentos do mundo com especial interesse no noticiário de morte, os meios de comunicação colocam os leitores diante da morte, diariamente e, no caso da chamada mídia popular, que privilegia esse tema em seu noticiário, há quase uma expectativa já sabida do que a morte estará presente na edição do próximo dia, numa espécie de pré-agendamento contratual entre meio e receptor:

...a questão que eu gostaria de colocar é a seguinte: afinal, o que é que os media querem que pensemos? Quando estão em causa tragédias e catástrofes, por exemplo, acidentes mortais, actos tresloucados que semeiam sofrimento e morte, crimes hediondos, que desafiam qualquer racionalidade, efeitos de uma qualquer catástrofe natural, seja temporal, terramoto ou ciclone, qual é o ângulo de observação e as perspectivas escolhidos? Quanto tempo esses casos permanecem na agenda midiática? Quem está

autorizado, ou melhor, quem é convidado a falar deles? Que proteção têm os menores, quando deles se trata, nessa noticiabilidade? Quem defende as crianças que são notícias de maus-tratos, por exemplo? Quem protege o seu direito ao bom-nome? (Martins, 2011, p. 127)

As questões suscitadas pelo autor demonstram a inquietação do agendamento do noticiário quando estes dão contas de tragédias onde temos violência e/ou mortes inseridas no contexto. A repetição incessante desses temas traz uma questão primordial para o entendimento desse expediente: o que a mídia, em especial o jornalismo popular, quer que pensemos?

A MORTE DIANTE DO LEITOR

Se há um tema que chama a atenção da sociedade, sem dúvida nenhuma, é o da morte ou de suas causas, como a violência. Esses dois elementos despertam instintos primitivos de sobrevivência do homem por trazerem à tona o medo, em especial, o medo da morte, do fim, como bem observa Bystrina (1996). E a presença constante desse tema no jornalismo, em especial o de formato popular, parece ter a missão de reforçar, diariamente, esse temor para seus leitores.

O noticiário incessante do trágico, para Moisés de Lemos Martins (2012), se desdobra em três figuras: o barroco, o grotesco e o trágico. A constatação do autor, inspirado a partir de Bakhtin (1984), em sua análise acerca do grotesco em Rabelais, e em Albertino Gonçalves (2009), para quem o barroco se manifesta amplamente em conjuntura com o grotesco por serem figuras avessas à totalização e às formas retas do classicismo, nos coloca diante de um quadro onde a mídia, por meio da repetição do noticiário trágico, passa a ter papel preponderante na percepção do mundo por parte de seus receptores ao destacara essas figuras com ênfase em suas capas.

No jornalismo popular, o trágico se torna acontecimento midiático com mais facilidade pela premissa esperada de seus leitores projetados: população de menor poder aquisitivo que se dispõe a gastar pouco dinheiro para se informar sobre o que aconteceu à sua volta e com pessoas iguais a elas, construindo uma espécie de “um mundo comum” (Martins, 2011, p. 127) entre a mídia e o leitor.

O jornalismo popular resgata a presença da violência e morte com intensidade e, mesmo quando não se utiliza de imagens fotográficas, coloca

o assunto presente em manchetes e textos. Para Paulo Bernardo Vaz, “a mídia parece falar incessantemente da morte como se mantivesse diuturnamente acesa uma lâmpada votiva de *momento mori* no altar de cada leitor bem vivente” (Vaz, 2012, p. 23). Inspirado em Morin, o autor aponta que a morte é uma “espécie de vida, que prolonga, de uma forma ou de outra, a vida individual” (citado em Vaz, 2012, p. 23).

Mortes e tragédias passam a ser estampadas nas capas como parte do cotidiano da população. Suas representações podem ser verificadas facilmente em bancas de revista, nas ruas, nas esquinas, bastando estar diante da primeira página para que o trágico “sequestre” o olhar, como podemos observar na figura 1, que traz exemplos do jornalismo impresso de Portugal e Brasil, respectivamente:



Figura 1 : *Jornal de Notícias* 01.06.2012 e *Super Notícia* 27.01.2012

As capas apresentadas trazem morte e violência como tema principal a fim de ilustrar formas de representação do trágico por parte das publicações. Observe-se que, nas composições das manchetes apresentadas, temos tanto a morte associada à violência. Aqui, a morte é materializada como obra do “homem”.

De tragédia em tragédia, o jornalismo popular vai se consolidando e apresentando formas de leitura de mundo diferente daquelas encontradas

no jornalismo político ou econômico. Os dramas vividos diariamente pela população ganham relevância em seu quadro dos “valores-notícia” balizadores do conteúdo exposto na capa. Temos uma anomia nas ações dos homens representada pela violência que provoca a morte do outro. Trata-se de uma violência visível, caracterizada como “ruptura, pela força desordenada e explosiva da ordem jurídico-social” (Sodré, 2006, p. 16). É esta a violência da qual se ocupam os jornais, que muitas vezes preferem deixar de lado outras modalidades de violência, como a simbólica ou a sociocultural, por se ocupar especialmente pelos *fait-divers*, dimensionando de forma cada vez maior a chamada “violência de bairro”, mais próxima de seus leitores imaginados. É o que verificamos em manchetes como “Mulher de deputado assinada pelo irmão” ou “Empresário mata mendigo a sangue frio”.

Essa característica parece-nos levar a uma banalização da vida à mesma em que os crimes se tornam espetáculos. A morte de terceiros, dessa forma, nos coloca face-a-face com o nosso próprio fim. Estar diante do “inominável” é tornar-se inevitável a consciência de sua existência e proximidade. A morte é inexorável e ameaça de todos os lados. Valendo-se disso, os jornais populares exploram as mais diversas formas de morrer, em especial aquela que vem acompanhada de uma dose de violência.

Essa fórmula levou autores, por muito tempo, a classificar a imprensa popular como sensacionalista. É nesse viés que Angrimani (1996) lê o extinto *Notícias Populares*, especialmente pelo fato dessas publicações, muitas vezes, fazerem uma “cobertura sistemática e pormenorizada da violência” (Miranda, 2009, p. 47).

É importante, no entanto, recortarmos o sentido de violência a ser atribuído à palavra devido à quantidade de abordagens e “enfoques” a serem pesquisados. Optamos por recorrer à classificação de Muniz Sodré (2006) no que tange às formas de apresentação da violência, que pode ser “sociocultural”, “simbólica”, “representada” ou “anômica”.

O recorte que de fato nos interessa é o da anomia. Partindo do conceito aristotélico de anomia o pesquisador categoriza assim as violências “cujos aspectos cada vez mais cruéis se fazem visíveis nas ruas, na mídia, e cujos índices crescentes engrossam as estatísticas oficiais” (Sodré, 2006, p. 12). Desta forma, entende-se por violência anômica os crimes como homicídios, suicídio, assaltos, latrocínios e todas demais formas de provocar, intencionalmente, um dano ao Outro. Assim, para Muniz Sodré, “quando a mídia fala de violência, refere-se à anomia dos crimes e assaltos, objeto espetacularizado das estatísticas” (Sodré, 2006, p. 13).

É fato que a violência anômica é base estruturante de muitas sociabilidades humanas. O jornalismo se vale amplamente dessa situação em

seus critérios de noticiabilidade no momento de fazer escolhas necessárias para recontar o dia anterior a seus leitores. Sob o olhar frankfurtiano de Horkheimer, a relação mídia x violência se dá como produto da indústria cultural na busca de mais vendas na disputa pelo mercado. Jacques Wainberg (2006), ao analisar os atos de terrorismo, atribui uma parcela de responsabilidade à mídia por publicitar esses atos, incentivando sua repetição por parte de terroristas e busca de visibilidade em nível mundial.

Mesmo diante de tantas abordagens, sejam críticas ou funcionalistas da mídia, a violência tem seu espaço garantido no jornalismo popular, a ponto de que, por meio “de suas criações, a mídia pode provocar uma imagem de mundo mais violento ou menos violento, aproveitando-se dos flancos abertos por ser a violência instintiva e natural do ser humano” (Portari, 2009, p. 35).

No processo de reconstrução do cotidiano, a morte apresentada por meio da violência entorpece os sentidos de quem lê ao passo que os confronta diariamente e diretamente com sua presença, num movimento que tende à banalização, não importando os fatos, mas sim a dose diária de morte para os leitores, inserindo-o em sua vivência cotidiana.

A apresentação do trágico por meio do comportamento de anomia pode ser verificada analisando algumas capas dos jornais *JN* e *SN*:



Figura 2: *Jornal de Notícias* – 29.01.2013; 10.02.2013; *Super Notícia* – 12.03.2013; 20.03.2013

Os exemplos demonstrados nas páginas dos jornais mostram uma das formas de apresentação da violência anômica por parte do jornalismo popular. A morte está presente não só no fato em si, mas é reforçado também no discurso do jornal por meio da palavra “mata”. Outra característica que podemos notar é a similitude de situações envolvendo países tão distintos com o fato de homicídios registrados dentro de casa, ou seja, mães matando filhos e, num dos casos, o marido assassina a esposa.

No senso comum, estar dentro de casa é estar em segurança. Especialmente devido aos inúmeros registros de violência urbana registradas na mídia, como roubos ou sequestros. Para Harry Pross (1984), na oposição entre dentro x fora, a primeira opção é positiva por submeter à segurança, enquanto o “fora” seria negativo, ou seja, o local onde se perde o domínio espacial e passa-se a estar à mercê dos acontecimentos.

A morte violenta está espalhada por todos os lugares e tem sua presença reforçada no impresso assim como tem sua garantia de espaço diário no telejornalismo, especialmente por meio de programas como *Cidade Alerta*, exibido pela Rede Record, ou o extinto *Aqui Agora*, que durante a década de 1990 era exibido pela rede SBT e iniciou uma nova fase de telejornalismo voltado para o público que hoje consome os jornais impressos de baixo custo.

Retomando as figuras apresentadas anteriormente podemos notar uma “compensação” para os leitores na construção desse noticiário: apesar das mortes violentas impingidas às vítimas – no caso crianças e uma mulher – os algozes são instantaneamente punidos por seus atos: as mulheres que mataram os filhos em Portugal também morreram por suicídio, enquanto no jornal brasileiro os autores dos homicídios foram presos pela polícia, ou seja, a partir daquele momento passam a ser responsabilizados criminalmente por seus atos, punindo-os diante da sociedade e dos leitores.

A mídia, por fazer parte do cotidiano desses leitores nas mais variadas esferas, “penetra e se imiscui no nosso cotidiano, o quanto facilita a interpretação de diferentes esferas da realidade” (França, 2012, p. 16). É nesse âmbito em que os acontecimentos são repercutidos, ganham vida, são destacados e passam a ser parte integrante das representações de mundo ofertadas pelo jornal. Há, na construção desse noticiário, uma espécie de *roteiro dramatizante* (Charaudeau, 2006, p. 254) onde os acontecimentos que envolvem a morte seguem uma ordem quase que repetitiva em suas manchetes. Essa “ordem” da narrativa do trágico pela violência implicaria em aspectos semelhantes ao descritos por Patrick Charaudeau:

- (1) Mostrar a desordem social com suas vítimas e seus perseguidores; (2) apelar para a reparação do mal, interpellando os responsáveis por este mundo; (3) anunciar a intervenção de um salvador, herói singular ou coletivo com o qual cada um pode identificar-se. Dependendo do momento em que o acontecimento é apreendido, a insistência recairá mais sobre as vítimas, ou mais sobre os perseguidores, ou sobre o salvador. (Charaudeau, 2006, p. 254)

O enfoque diferenciado em cada uma das instâncias, no caso do jornalismo popular, também vai depender de variáveis tais como de quem é o autor do ato de violência (Polícia? Tarado? Pai? Filho? Mãe? Famoso?) e quem é a vítima (Famoso? Filho? Pai? Etc.), além das circunstâncias onde se desenvolveu a ação. Cada circunstância implicará numa ênfase diferenciada ao produzir a segunda vida desses acontecimentos, garantindo uma representação dos fatos de acordo com o interesse previsto no contrato com seu leitor imaginado: público de baixa renda e disposto a pagar pouco para se informar por meio de jornalismo impresso. Para Tavares (2012) a recorrência temática da morte nos diários “deixa de ser jornalística, permite pensá-la de maneira ritualística (Gomis, 1991) e noticiosa (Sousa, 2002), indicando a percepção sobre um enquadramento “generalizante” acerca deste específico acontecimento cotidiano que é o morrer” (Tavares, 2012, p. 86).

A violência assume as mais variadas formas de notícia nas capas dos jornais populares, privilegiando em grande parte os *fait divers* em sua exposição, reforçando a característica de se voltar para problemas mais próximos de seus públicos, criando empatia entre publicação e leitor e ainda garantindo que, diariamente, novos casos ganhem espaço dentre os principais acontecimentos do dia anterior.

Temos na mídia um papel central por meio da qual a sociedade fala de si mesma por onde todos esses acontecimentos ganham sua total dimensão simbólica, no que a autora chama de “segunda vida” do acontecimento. Nessa dimensão discursiva a morte pela violência se materializa dentro das casas dos leitores, “toma” sua atenção, coloca-o diante de fatos exteriores a ele que, possivelmente, o leitor não teria conhecimento se não fosse por meio da página do jornal. Porém, como adverte Norval Baitello Junior (2003), é leviano “acusar” os modernos meios de comunicação como responsáveis por propagar ou mesmo incitar a violência em suas mais diversas acepções. Não se descarta, nesse âmbito, a interferência dos meios de comunicação nesse processo social, porém é preciso deixar explícito de que o fenômeno da violência, estampada ou não no jornal, tem raízes mais profundas do que a chamada faixa de atuação a mídia, envolvendo variáveis e circunstâncias estudadas e analisadas, especialmente, pela sociologia e antropologia. Mas ao publicar os atos, ao dar à violência a segunda vida por meio da capa do jornal popular, a publicação faz a tragédia saltar das ruas e chegar ao conhecimento dos leitores, estampando-a, muitas vezes, sem o menor pudor.

O jornalismo popular faz com que a violência se integre ao cotidiano dos leitores e demonstra que os esforços são insuficientes para se livrar da

morte, da violência e do trágico, ou seja, fica-se diante de “um tempo em que nada é finalizado por nenhum horizonte de redenção” (Martins, 2011, p. 175).

O jornal se encarrega de se transformar num palco onde os mais variados acontecimentos se manifestam, impregnando o tecido social com o trágico narrado em seu noticiário diário.

Temos ainda outra face de representação da morte nos jornais populares: quando é provocada por forças não humanas, como desastres naturais. A presença constante da morte nos mais variados âmbitos do cotidiano reforçam a oposição entre estar vivo ou estar morto e, mais que isso, passa a manifestar uma naturalização da morte para os leitores.

Durante o percurso da história do ocidente, a morte passou a ser encarada por formas distintas. Porém, somente a partir do século XVIII o homem tende a dar um sentido novo a ela, exaltando-a, fazendo com que passe a ser impressionante e arrebatadora.

A nova forma de ver a morte faz com que o assunto seja tratado de forma mais reservada nas conversas, apesar de sua exposição constante no ambiente midiático e presença contínua no imaginário por meio de livros ou filmes. Para Freud (2012), a morte suscitaria num primeiro momento o luto para que, posteriormente, o *ego* pudesse voltar a ficar livre e desinibido, pronto para se atentar a outros acontecimentos no mundo. Porém, o jornalismo popular, como espaço onde a sociedade se dedica a falar de si mesma, as publicações reinserem o tema nas rodas de conversas e supera as barreiras – mesmo as psicológicas – de se estar diante da morte.

Saindo das páginas literárias ou dos roteiros de ficção, estar diante da morte no jornalismo popular passa a ser uma rotina diária. É como se a morte, midiaticizada, fosse passível de aceitação por estar “distante” do olhar do leitor e, em especial, ser materializada com o “outro” e não consigo mesmo ou parentes e amigos próximos.

Leal et al. (2011) apontam para uma narrativa da morte construída pela mídia de forma a dar testemunhos do ato de morrer, colocando a morte como elemento articulador para a “compreensão da dinâmica social e comunicacional contemporânea” (2011, p. 6). Os autores apontam duas tendências para a observação da morte no espaço midiático: quando ela se manifesta em consonância com a tragédia e quando ela é o assunto principal. Nesse último caso, a intenção primeira é a do espetáculo para atender à demanda do público de modo a dissimular a compreensão da realidade.

Ao fornecer narrativas povoadas de mortos e agonizantes, continuada e reiteradamente a imprensa nos fornece farto material com o qual podemos proteger o nosso próprio

lugar. Eles, de quem falam, não somos nós. Eles serão sempre os outros, não eu, leitor. O lugar que queremos demarcar é o de sobre/viventes nesta luta pela vida. A luta nossa de cada dia. (Vaz, 2012, p. 46)

Encaramos no jornalismo popular a morte frente a frente, com a possibilidade de reflexão e apreciação do espetáculo midiático materializado por ela. Mesmo sem a necessidade de fotografias impressas na capa acompanhando as manchetes o ato de morrer está imbricado na vida ordinária. A própria morte se torna ordinária e a mídia chama para si os ritos de funeral, antes restrito a amigos e familiares dos mortos, hoje compartilhado com centenas de milhares de pessoas leitoras das publicações.

Curiosamente a morte dos anônimos – normalmente identificados apenas por gênero ou profissão nas manchetes – passa a ser a partilha comum da sociedade como um todo. Ao olhar para si mesma, ao falar de si no espelho do ambiente midiático, a morte desfila e nos lembra da finitude, do fim. Um viés ocorre, muitas vezes, nas mortes de celebridades. Nesse aspecto, quando uma figura conhecida no país ou no mundo morre, a morte ganha status. Ela passa a ser um acontecimento midiático digno de todo o espetáculo possível de ser ofertado pela mídia.

AS IMAGENS DA MORTE NO JORNALISMO

Apesar de muitas manchetes de violência e morte não virem acompanhadas de fotografias, essas imagens também nos mostram o comportamento da publicação diante das tragédias bem como sobre o contexto cultural em que o jornalismo popular está inserido.

De acordo com Vaz (2006, p. 9), na capa do impresso as imagens também se ligam aos textos verbais e tornam-se “argumento do jornalista” e ofertam outras possibilidades de leituras para o receptor. Nesse sentido, a morte vive uma relação de presença x ausência. Sabe-se que ela está ali, porém, não podemos vê-la diretamente, implicando em uma “aceitação” do leitor sobre aquilo que o jornal diz estar mostrando para ele. As imagens estão no âmbito do imaginário e das representações e participam na ativação simbólica do *nexo* em sua compreensão. Para depreender os significados resultantes dela é preciso estar atento à “visada” que se dará àquela imagem e, por consequência, a leitura a ser estabelecida entre os textos visuais e verbais na página. “Imagens podem ser lidas, interpretadas por todo e qualquer leitor, em qualquer nível” (Vaz, 2012, p. 190) e assim

temos na fotografia uma manifestação de sentido com materialidade simbólica que nos leva a outros caminhos para além de sua visualização, mas também no âmbito da interpretação.

O leitor menos informado estaria apto a ver, interpretar e fazer suas próprias inferências? Acreditamos que sim, pois suas vivências é que o capacitam para a leitura e interpretação dessa e qualquer outra representação à sua própria percepção, com o impacto que lhe for próprio. (Vaz, 2012, p. 195)

Sabe-se que o uso da fotografia nas capas não se dá de forma inocente e, portanto, a seleção da imagem, posicionamento e tamanho publicado é intencional. Cria-se uma relação de interdependência, onde o editor imagina o seu leitor e as leituras que ele fará daquela fotografia, enquanto o leitor, ao estar diante da imagem, cria teorias e hipóteses sobre a intencionalidade no discurso pretendida pelo editor.

Apesar da aparente sensação de distanciamento trazida pelas imagens entre o fato fotografado e o homem, colocando-o distante das tragédias, é também por meio delas que temos a inserção do trágico no mundo dos leitores. As tragédias saltam do papel para ganhar espaço dentro do cotidiano e, muitas vezes, são alçadas ao papel de “espetáculo” para seus receptores. Não raro as pessoas se chocam mais com a imagem do que com o fato em si, despertando sentimentos e sensações que nem sempre são vividos quando se está em contato direto com o “real”, ou seja, com o acontecimento em seu estado bruto. Ao lançarmos o olhar para as imagens nas capas dos jornais populares é importante perceber também aquilo que está no entorno dessas publicações, ou seja, aspectos culturais, religiosos, entre outros. A partir dessas concepções enraizadas no imaginário e memória coletiva dos leitores, pode-se depreender o sentido e significado das imagens do trágico e seu uso nas publicações.

É no âmbito do contexto que Gonzalo Abril (2007) propõe uma “mirada” ao que ele considera como textos visuais. Partindo da semiótica peirciana, mas levando em consideração aspectos também comuns à Semiótica da Cultura, tais como o contexto de inserção e propagação das mensagens pictóricas, o autor aponta a importância de se observar o âmbito em que as imagens estão inseridas no momento das análises.

“Para uma perspectiva semiótica o mais importante não é saber o que significa determinado texto, e sim através de que meios, processos interpretativos, recursos semióticos e extrasemióticos chegamos a atribuir o sentido a esses textos” (Abril, 2007, p. 27).

As imagens da tragédia, quando aparecem, irão compor a narrativa midiática sobre o dia anterior, revelar discursos do jornal popular e indicar como esse conteúdo é inserido na vida do leitor no mesmo instante em que lê a capa de um jornal.

Corpos de vítimas da violência anômica ou mesmo de acidentes ou desastres naturais tendem a serem explorados nas capas das publicações, mas, o que se verifica é um comportamento diferente do que havia anteriormente em publicações tidas como sensacionalistas, onde o sangue, corpos totalmente irreconhecíveis e outra tanta sorte de imagens faziam parte de suas linhas editoriais.

Verifica-se que o jornalismo popular leva em consideração o contexto de emissão em que está inserido: num ambiente onde a assepsia da sociedade é cada vez mais perseguida, é natural que os corpos resultantes das tragédias não sejam expostos “nua” e “cruamente” aos olhos dos leitores. Se por um lado há a inserção do tema morte na vida ordinária da população, por outra, a aparição da morte continua a ser asséptica, como podemos observar nas figuras a seguir:



Figura 3: *Jornal de Notícias* – 08.02.2012

As figuras apresentam algumas situações onde a tragédia é retratada por imagens no *Jornal de Notícias*. Não se encontra nessas imagens o sangue e nem mesmo os corpos das vítimas. A morte trágica está anunciada nas manchetes, porém, sem que se materialize visualmente para os leitores. Os corpos são substituídos por volumes envoltos em lençóis brancos ou pratas, carregados pelos socorristas. Sabe-se da existência do morto e até mesmo que por debaixo daquele tecido está um homem ou

uma mulher morta. Mas não se vê a morte. A sua dinâmica é discutida e o leitor, por mais que seja surpreendido pela imagem, não a encara: sempre há um véu entre ela, representada no corpo morto, e o leitor. Por mais que a função de noticiar o acontecimento trágico se materialize na capa, a notícia em si está em torno de suas causas ou motivos, nunca em torno da morte propriamente dita.

Esse expediente seguido também pode ser verificado na publicação brasileira. A morte no *Super Notícia* está presente praticamente todos os dias, com raras exceções. Porém, seu anúncio se limita mais aos textos do que às imagens do acontecimento. E quando as imagens aparecem, seguem um expediente semelhante ao apresentado em Portugal, como podemos observar em alguns exemplos:



Figura 4: *Super Notícia* - 6.11.2012

Em todo o período analisado do *SN* não encontramos uma imagem sequer de corpos mortos em suas capas. A representação fotográfica dá conta de veículos ou situações que demonstrem a dinâmica em que a morte foi registrada, mas nunca com a presença do cadáver em si. Uma situação emblemática é vista na Figura 4. A manchete em questão dá conta da morte de quatro crianças em um acidente onde o motorista perdeu o controle da caminhonete caiu em um lago, fazendo com que os jovens morressem afogados. Mais uma vez a morte é apenas sugerida no texto e a representação mais próxima que temos dela está na imagem à direita onde a avó escolhe as roupas da neta para o sepultamento.

A morte, nesse caso, não está representada pelo corpo, mas sim pela ausência, no luto, na melancolia de uma idosa ao ter que escolher que roupa será a última a ser vestida por um familiar. Nesse aspecto o jornal busca o psicológico e emocional de seus leitores que, mesmo sem a presença de um corpo, projeta-se para o lugar daquela personagem. A morte anunciada no mundo do texto e da narrativa jornalística aproxima-se do mundo do leitor, tangencia-o, invade seu cotidiano. Porém, pode ser instantaneamente descartada com o simples virar de página ou direcionando o olhar um pouco mais à direita, onde a efervescência de uma mulher seminua está à disposição como um contraponto a essa “dor”:



Figura 5: Super Notícia - 06.11.2012

O encontro das imagens, a dor em oposição à euforia reforça que “o sentido dos limites e o sentido do trágico são apenas um, retraduzindo, à sua maneira, a organicidade da vida e da morte de que está impregnado o social” (Maffesoli, 1984, p. 88). As fotos da morte e das tragédias tratadas pelos jornais não carregam aquilo que Roland Barthes chamava de “foto-choque”. Por mais que a morte esteja sugerida, elas parecem não chocar o leitor, apresentando “o escândalo do horror, não o horror propriamente dito” (Barthes, 2001, p. 69).

As reações às imagens fotográficas se devem pelo fato do quadro estar congelado, pronto para ser memorizado minuciosamente pelo leitor,

ao contrário da imagem em fluxo. Sontag compara a imagem fotográfica a uma “máxima” ou a um “provérbio” que se decora e se repete, se consolida e é transmitido pela memória coletiva. Se por um lado anteriormente nas imagens de morte e tragédia tínhamos pintores como Goya retratando-as como a ira dos deuses, hoje a imagem fotográfica nos dá conta de que as tragédias são obras dos humanos. Os receptores são inseridos nesse contexto, apesar da tentativa de asepsia social, a morte desfila no jornal.

Mesmo não sendo a intenção de o leitor estar diante dessas imagens, elas tomam sua atenção quando passam por essas publicações:

Os textos visuais sempre são lidos ativamente: nem mesmo o olhar incidental do transeunte que se depara com um painel publicitário ou com um jornal deixado em uma lixeira é puramente aleatório ou passivo. Inclusive quando a vontade que rege esse olhar procede desse fundo cego, sempre pouco conhecido, que escapa ao controle do sujeito consciente e racional. (Abril, 2007, p. 13)

Ao propor leitura ativa dos textos visuais, Abril aponta para a perda do controle por meio do sujeito racional e consciente daquilo que estará vendo e interpretando diante das imagens. Entram em cena as intencionalidades dos editores ao situar imagens na primeira página e as escolhas das fotografias publicadas. Apesar de colocar o leitor diante da morte, ele não a encara em suas piores facetas. Está diante de um “objeto” coberto por um pano, um carro tombado ou um saco plástico preto caído no chão.

Esse comportamento dos editores se dá de forma semelhante nos jornais. A similitude demonstra um comportamento esperado da sociedade ocidental e de países onde a maioria de sua população ainda é de católicos, que faz as publicações adotarem padrões semelhantes em suas linhas editoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse do jornalismo pela morte é claro e verdadeiro. Notícias onde ela está presente sempre têm seu lugar assegurado nos mais diversos meios, independente se ela irá figurar como elemento principal da narrativa ou será tratada apenas como consequência de outras ações.

No entanto, é certa a existência de um interesse por esse assunto tanto pelo jornalismo como pelos leitores. Porém, ressalte-se que se por um lado o desenvolvimento das sociedades tentou afastar o convívio dos “vivos” com os mortos, por outro lado as notícias colocam-nos diante da

morte diariamente, mesmo que não estejamos à procura desse contato. Apesar disso e, possivelmente pelo contexto cultural ocidental, há ainda a preservação do corpo morto nos dois jornais tomados como exemplos para essa pesquisa. Mesmo que o assunto esteja presente de forma textual, quando as publicações se voltam para ilustrá-lo, o fazem de forma a não provocar o choque instantâneo de seus leitores.

Percebe-se, assim, aproximações na prática jornalística de ambas as publicações que, mesmo em países distintos, partilham de abordagens semelhantes do assunto. A partir dessas constatações, sugere-se, a partir deste ponto, um estudo detalhado de como esses leitores consomem esse conteúdo. Pesquisas nesse sentido, a serem empreendidas por investigadores de ambos os países, acrescentariam dados importantes para a investigação da relação jornalismo e morte, balizando-nos também quanto às formas como a morte é percebida por quem está do outro lado desse processo comunicativo, ou seja, na recepção do conteúdo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Antunes, E.; Leal, B. S. & Vaz, P. B. (2010). Agendamento, enquadramento e noticiabilidade. In M. Benneti & V. P. S. Fonseca (Org.), *Jornalismo e Acontecimento: Mapeamentos Críticos* (Vol. 1). Florianópolis: Editora Insular.
- Ariès, P. (2012). *História da Morte no Ocidente*. São Paulo: Saraiva.
- Baitello, N. (2003). *O animal que parou os relógios*. São Paulo: Annablume.
- Bakhtin, M. (1997). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Barbosa, M. (2013). *História da comunicação no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Barthes, R. (1982). *Structure du Fait-Divers in Essais critiques*. Paris: Seuil.
- Bystrina, I. (1996). *Tópicos de Semiótica da cultura*. São Paulo: CISC.
- Certeau, M. (1998). *A invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Charaudeau, P. (2006). *O discurso das mídias*. São Paulo: Contexto.
- França, V. (2003). Louis Quéré: dos modelos da comunicação. *Revista Fronteiras: estudos midiáticos*, V(2), 37-51.
- França, V. & Oliveira, L. (Org.) (2012). *Acontecimento: Reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica.

- Freud, S. (1996) *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Volume XIII: Totem e Tabu e Outros Trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Gomis, L. (1991). *Teoria del periodismo – Cómo se forma el presente*. México: Paidós.
- Gonçalves, A. (2009). *Vertigens: Para Uma Sociologia da Perversidade*. Coimbra: Gracio Editor.
- Huizinga, J. (2010). *O outono da Idade Média: estudos sobre as formas de vida e de pensamento dos séculos XIV e XV na França e nos Países Baixos*. São Paulo: Cosac Naify.
- Maffesoli, M. (1984). *A Conquista do Presente*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Martins, L. M. (2011). *Crise no castelo da cultura: Das estrelas para as telas*. São Paulo: Annablume.
- Miranda, F. S. (2009). *Aqui uma Super Notícia: os lugares do leitor em dois jornais populares*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.
- Mouillaud, M. (2006). *O Jornal: Da Forma ao Sentido*. Brasília: UNB.
- Portari, R. (2008). *A construção da violência nas capas dos jornais Folha de S. Paulo e Agora São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, Brasil.
- Portari, R. (2013). *O trágico, o Erotismo e o Futebol: a presença de uma tríade temática nas capas dos jornais populares do Brasil e Portugal*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.
- Pross, H. (1989). *La Violência de Los Simbolos Sociales*. Barcelona: Anthroposo.
- Queré, L. (2005). Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos*, 6, 59-75.
- Sodré, M. (2006). *Sociedade, Mídia e Violência*. Porto Alegre: Editora Salinas/ PUC-RS.
- Sousa, J. P. (2002). *Teorias da notícia e do jornalismo*. Chapecó: Argos.
- Tavares, F. (2012) A cotidianidade do morrer na vida noticiosa: ambiguidades de um acontecimento jornalístico diário. In B. Marocco; C. Berger & R. Henn, *Jornalismo e Acontecimento: Diante da Morte* (Vol 3). Florianópolis: Insular.

Traquina, N. (2008). *Teorias do Jornalismo. Por que as Notícias São Como São?* Vol.1. Florianópolis: Insular.

Traquina N. (2012). *Teorias do Jornalismo. Uma comunidade interpretativa transnacional.* Vol.2. Florianópolis: Insular.

Vaz, P. B. (2012). Lições de morte nos jornais. In B. Marocco; C. Berger & R. Henn. *Jornalismo e Acontecimento: Diante da Morte (Vol 3)*. Florianópolis: Insular.

Wainberg, J. (2006). *Mídia e Terror*. São Paulo: Paulus.

Citação:

Portari, R. (2016). A morte e o jornalismo nosso de cada dia. In M. L. Martins; M. L. Correia; P. Bernardo Vaz & Elton Antunes (Eds.), *Figurações da morte nos mídia e na cultura: entre o estranho e o familiar* (pp. 89-111). Braga: CECS.